

O PROJETO MOVA GUARULHOS NAS PESQUISAS ACADÊMICAS: ESTADO DA ARTE

THE MOVA GUARULHOS PROJECT IN ACADEMIC RESEARCH: STATE OF ART

Vanessa de Paulo ¹

Data de entrega dos originais à redação em: 11/06/2016
e recebido para diagramação em: 15/08/2016.

O Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de investigação sobre as pesquisas do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) Guarulhos, existentes na literatura. No Brasil, os primeiros programas de massa de educação de jovens e adultos surgiram no final da década de 1940. O MOVA, lançado em 1989, ambicionava criar um programa de educação alternativo, ao buscar promover a alfabetização de adultos reforçando o incentivo à participação popular. Na cidade de Guarulhos/SP, o MOVA foi implantado em 2002. A pesquisa realizada encontrou três trabalhos que analisaram distintos aspectos do desenvolvimento do projeto na cidade. Concluiu-se que ainda é escassa a literatura sobre a experiência do MOVA Guarulhos, havendo necessidade de análise de aspectos como seus resultados objetivos no sentido de promover a conscientização política ou seu sucesso na construção do letramento dos educandos.

Palavras-chave: Educação. Educação de Jovens e Adultos. MOVA.

This article aims to present the investigations results of the researches of Literacy Movement for Youth and Adults (MOVA) Guarulhos, in the literature. In Brazil, the first mass programs for youth and adult education emerged in the late 1940. The MOVA, launched in 1989, aspired to create an alternative education program, to seek to promote adult literacy reinforcing encouraging public participation. In the city of Guarulhos/SP, the MOVA was implemented in 2002. The survey found three studies that assessed different aspects of project development in the city. It was concluded that is still scarce literature on the experience of MOVA Guarulhos, requiring analysis of aspects such as their objective results to promote political awareness or its success in building the literacy of students.

Keywords: Education. Youth and Adult Education. MOVA.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica vem sendo objeto de interesse nos mais distintos setores da sociedade, e interpretada como importante fator de redução das desigualdades sociais, de desenvolvimento econômico, de emancipação individual e social. No contexto brasileiro, uma questão que recebeu destaque nas últimas décadas foi a da necessidade de se estender a escolarização àqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola no tempo próprio, e a Constituição de 1988 garantiu esse direito em seu artigo 208, inciso I, que define que “o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988).

O dispositivo constitucional citado reflete as lutas visando a extensão do direito à escolarização formal a setores antes dela alijados, e o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) - proposta educacional implantada, em 1989, na cidade de São Paulo/SP -, situa-se neste contexto. Sua proposta inicial, ao ser assumida, em 2002, pelo Governo Federal, ganhou grande importância no cenário educacional brasileiro e se estendeu por diversas cidades em todo o território nacional, entre elas a cidade de Guarulhos/SP, pertencente à Região Metropolitana de São Paulo. Esta cidade, embora possua o nono

maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, apresenta grandes e graves problemas educacionais: em 2010, havia, no município, 37.888 pessoas que não sabiam ler e escrever, correspondendo a 4,1% da população total (BRASIL, 2010).

Considerando tais dados, esse artigo tem como objetivo realizar uma investigação sobre as pesquisas acadêmicas disponíveis na literatura sobre a experiência do MOVA na cidade de Guarulhos. O problema levantado inicialmente foi o de verificar quais aspectos do projeto têm sido avaliados e quais ainda carecem de avaliação.

Dessa forma, a pesquisa limita-se a investigar as pesquisas existentes sobre o MOVA que tiveram como base sua experiência na cidade de Guarulhos/SP.

Inicialmente, buscou-se traçar um breve histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, para situar a concepção do MOVA e, em seguida, apresentar as características assumidas por esse projeto na cidade de Guarulhos. Em seguida, foram apresentadas as avaliações existentes na literatura quanto ao desenvolvimento do projeto na cidade. À luz do material obtido, foram tecidas, finalmente, algumas considerações a título de conclusão.

A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica, que tem por objetivo, na linha de Gil (2007), conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre determinado tema.

1 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

Paiva (2003) observa que, no Brasil, durante muito tempo se confundiu Educação de Adultos com a educação popular. Somente a partir da década de 1930 a Educação de Adultos aparecerá como problema autônomo, surgindo na década seguinte algumas publicações sobre o ensino supletivo. No final da década de 1940 e início da década de 1950, aparecem os primeiros programas de massa voltados à educação de adultos, os quais são fortemente influenciados pelo engajamento político dos educadores.

Entretanto, a primeira experiência educacional que levou seriamente em conta as especificidades do aluno adulto ocorreu no Distrito Federal (na época, na Guanabara), a partir de 1928. Tal experiência, contudo, durou pouco, em função de sua interrupção pela Revolução de 1930. Coube a Anísio Teixeira retomá-la em 1933, com a publicação de um decreto que reformava o ensino elementar de adultos e organizava os cursos de continuação e aperfeiçoamento. Em 1934, tais cursos começaram a funcionar em cinco escolas no período noturno, mas o crescimento da demanda logo tornou tais escolas insuficientes (PAIVA, 2003).

A experiência do Distrito Federal contribuiu, assim, para a constituição de uma nova modalidade de ensino, a qual deveria ser considerada pelos representantes políticos. Durante o Estado Novo (1937-1945), com a redemocratização do país em 1946, a mobilização em defesa da educação de adultos torna-se mais forte. Surge então a Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos (CEAA) que, a pretexto de formar mão de obra alfabetizada para as cidades, servia de instrumento de ampliação das bases eleitorais do governo.

Em 1947, acontece o Primeiro Congresso de Educação de Adultos que, além de apresentar interessantes experiências desenvolvidas no ensino supletivo, sugere a necessidade de elaboração de uma Lei Orgânica da Educação dos Adultos, que deveria tratar não apenas do ensino supletivo, mas também dos cursos de aperfeiçoamento e do ensino universitário.

No início da década de 1960, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 4.024, pouco se avançou para organizar o sistema de ensino público de educação de adultos, uma vez que o ensino primário, de acordo com esta lei, devia ser gratuito, mas não obrigatório. Aos cidadãos maiores de dezesseis anos, era facultado obter o certificado de conclusão do curso ginasial e aos maiores de dezenove anos o certificado do curso colegial, mediante a prestação de exames de natureza, sem exigência de regime escolar (FURLAN, 2007).

A partir de 1963, as propostas para a alfabetização de adultos de Paulo Freire passam a exercer maior influência. Tais propostas se baseavam no diálogo, considerando todos os sujeitos capazes de conscientização a respeito das forças políticas que determinavam sua condição social. Assim, Freire (1967) defendia o uso de uma linguagem comum que fosse a expressão do pensamento a partir da realidade cotidiana do educando.

Desse modo, na proposta freireana, a educação era entendida como conscientização das causas mais

profundas dos acontecimentos vividos, buscando sempre estabelecer conexões entre os fatos particulares e os contextos estruturais que envolvem tais fatos (FURLAN, 2007).

Entre julho de 1963 a abril de 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura implantou oficialmente o método Paulo Freire no País, e várias iniciativas foram implementadas para promover o movimento de alfabetização de adultos (RIBEIRO, 2005).

O golpe militar de 1964, contudo, reprimiu violentamente os movimentos populares de educação, que passaram a ser entendidos como ameaça à ordem política. Com isso, o processo de campanha de alfabetização de adultos foi interrompido, embora alguns movimentos tenham conseguido se manter na clandestinidade.

Em dezembro de 1967, a ditadura militar cria a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em resposta as críticas que vinha recebendo por ter abortado as campanhas de alfabetização oficiais e populares. Desse modo, o MOBRAL, em sua origem, esteve mais ligado aos interesses políticos do que os de caráter propriamente pedagógico (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A partir de 1970, o MOBRAL, dentro da lógica de fortalecimento do regime militar, passou a ter dotação de recursos provindos de 24% da renda líquida da Loteria Esportiva, entre outras fontes de recursos, o que possibilitou uma campanha maciça de alfabetização e educação de adolescentes e adultos, com foco na população dos 15 aos 35 anos de idade.

Segundo Casério (2003), nos anos posteriores o MOBRAL passou a atuar em distintas áreas participando em campanhas nacionais de vacinação, do ensino profissionalizante e da criação de classes de pré-escola, além de programas de artesanato e música. Teve também atuação em pesquisa eleitoral e promoveu cursos de como plantar hortas comunitárias. Foi assim perdendo identidade e credibilidade até extinguir-se, em 1985.

Os militares foram também responsáveis pela promulgação da Lei Federal nº. 5.692/1971, que configurava, pela primeira vez, o ensino supletivo, com as seguintes finalidades: a) oferecer ensino regular para os adolescentes e adultos que não a tivessem concluído na idade própria; b) proporcionar estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Desde então, o ensino supletivo no Brasil ficou definido como uma modalidade de ensino cujas características distintas são a aceleração de estudos e racionalização dos meios, com recurso a uso dos meios de comunicação de massa para atingir o maior número possível de pessoas (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Em 1985, o Ministério da educação criou a Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar), para substituir o então extinto MOBRAL. A finalidade desta instituição era, assim, a de propor programas de educação básica para adultos que não tiveram acesso à escola. Entretanto, sua prática se manteve "centralizadora e ineficiente, o que pouco contribuiu para sistematizar as questões pedagógicas

ou formar professores para a educação de adultos” (FURLAN, 2007, p. 58).

Com o fim dessa experiência, em 1990, criou-se um vazio na educação de jovens e adultos, em função da falta de investimentos do Governo Federal. Entretanto, a Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 208 e 214, já havia tornado obrigatória a oferta pública e gratuita de ensino fundamental inclusive àqueles que não tiveram acesso a esse nível de ensino na idade própria, além de exigir um plano de ações para a erradicação do analfabetismo. Com base nesta exigência legal, a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/1996 confirmou a conquista do direito dos jovens e adultos à educação pública gratuita, dedicando dois artigos (37 e 38) à educação de jovens e adultos.

O governo Collor (1990–1992) retomou para o Governo Federal a responsabilidade sobre a Educação de Jovens e Adultos, ao criar o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), mas esta experiência encerrou depois de apenas um ano após seu início. A partir de então, acentuou-se a tendência à municipalizar a educação de jovens e adultos.

Durante a segunda metade da década de 1990, pouco se investiu em Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a Emenda Constitucional nº. 14/1996 suprimiu a obrigatoriedade do ensino fundamental para essa modalidade de ensino, mantendo apenas a garantia de sua oferta gratuita. Assim, o Estado ficou desobrigado de aplicar as verbas destinadas ao ensino fundamental para a educação de jovens e adultos (FURLAN, 2007).

Em 1997 foi criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) o Programa Alfabetização Solidária (PAS). Tratava-se de uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, que promovia parcerias entre empresas, universidades, pessoas físicas e prefeituras com o apoio do Ministério da Educação (MEC). O balanço de 2006 mostrou que o programa encerrou o ano com 5,3 milhões de pessoas alfabetizadas, participação de 2.099 municípios em 21 Estados da Federação, além do Distrito Federal, tendo capacitado 244.000 (duzentos e quarenta e quatro mil) alfabetizadores, com o envolvimento de 182 empresas, organizações, instituições e governos parceiros, além de 102 instituições de ensino superior.

3 O MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (MOVA) E O MOVA – GUARULHOS

No início da década de 2000, destacou-se o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos - MOVA Brasil. O movimento, coordenado pelo Instituto Paulo Freire junto aos municípios conveniados, se constituiu de ações que buscavam a mobilização social, adotando a metodologia pedagógica de Paulo Freire. O MOVA é uma parceria público-civil sem fins lucrativos, que oferece oportunidades de alfabetização para jovens e adultos, em espaços comunitários, principalmente no período noturno. Os alunos frequentam as aulas durante dez horas semanais (GUARULHOS, 2016).

O MOVA teve origem na gestão de Paulo Freire como secretário municipal de educação da cidade de São Paulo, durante no governo da petista Luiza Erundina (1989-1992). Ao assumir a secretaria, Freire encontrou

uma enorme demanda por alfabetização e educação básica de jovens e adultos. Segundo Nespoli (2011), o analfabetismo absoluto atingia cerca de um milhão de pessoas com 15 anos ou mais na região Metropolitana da Grande São Paulo e outros 2,5 milhões de jovens e adultos que possuíam menos de quatro anos de escolarização.

Em função dessa realidade, entre as grandes prioridades da gestão Freire estava a de combater o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo. A estratégia elaborada foi então a de reunir os movimentos populares que já se dedicavam à alfabetização de adultos, e que estavam enfrentando sérios obstáculos em virtude do agravamento da crise econômica durante a década de 1980. Como forma de valorizar os movimentos organizados de alfabetização, a prefeitura decidiu então estabelecer uma parceria com estes movimentos, do que resultou o projeto Mova (FREIRE, 2000).

O projeto ambicionava criar um movimento de educação popular alternativo às campanhas contra o analfabetismo promovidas pelo Estado, tornando-se assim “um movimento organizado e autônomo da sociedade civil capaz de sobreviver às mudanças do poder institucional e continuar lutando pela educação básica” (NESPOLI, 2011).

Os objetivos do programa eram:

desenvolver um processo de alfabetização capaz de possibilitar aos educandos uma leitura crítica da realidade; b) contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e educadores envolvidos; c) reforçar o incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular; d) reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade (SÃO PAULO, 1989).

Lançado em 29 de outubro de 1989, o MOVA contou inicialmente com a parceria de 14 entidades. Em outubro de 1990 o programa já possuía 626 núcleos e 62 parceiros, atendendo cerca de 12.000 jovens e adultos. No ano seguinte, eram 71 entidades conveniadas e 837 núcleos de alfabetização.

O Programa existiu durante toda a gestão Luiza Erundina, tendo beneficiado, entre 1989 e 1992, cerca de 20.000 alunos em aproximadamente 1.000 núcleos de alfabetização. O fim desta gestão representou também o fim do Mova São Paulo, pois, com a posse do prefeito Paulo Maluf (PDS), o programa foi cancelado. Apesar disso, o sucesso da experiência foi responsável pela sua disseminação por diversos municípios em todo o Brasil. Em 2003, o governo do presidente Lula desenvolveu, a partir das concepções gestadas no MOVA, a chamada rede MOVA Brasil.

Na cidade de Guarulhos/SP, o MOVA foi implantado em 2002. Dias e Costa (2013) assim explicam sua origem:

Assim como em São Paulo, sua organização se deu a partir da cooperação entre sociedade civil e Prefeitura, formalizada por meio de convênio junto à Secretaria Municipal de Educação (SME). No entanto, o contexto histórico era diferenciado. Se em 1989 havíamos

acabado de sair da ditadura militar e assistíamos ao nascimento de uma nova Constituição Federal, em 2002, já vivíamos o transcorrer de um novo tempo democrático e, em Guarulhos, os movimentos sociais não estavam tão organizados quanto em São Paulo (DIAS, COSTA, 2013).

Se, em 2004, o MOVA Guarulhos possuía 179 salas, em 2012 esse número passou para 318, e o número de educandos atendidos chegou, no final desse período, a 5000 alunos (DIAS; COSTA, 2013).

4 O MOVA GUARULHOS: O QUE DIZEM AS PESQUISAS?

Foram encontrados, na literatura, três trabalhos (DIAS; COSTA, 2013; SEPÚLVEDA, 2009; COSTA, 2011) que de alguma forma se referiram ao MOVA Guarulhos. A busca foi realizada em meio eletrônico (Internet) na base de dados eletrônica Scientific Library Online (SciELO), utilizando-se como descritores: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos; Guarulhos.

Autor/ Ano	Título	Tipo de Trabalho	Tipo de Pesquisa	Problema	Objetivo(s)	Referencial Teórico	Conclusões
Dias; Costa (2013)	MOVA Guarulhos: um espaço de militância e o perfil do seu educador.	Artigo Científico	Quantitativa.	O MOVA vem demonstrando características de programas de superação do analfabetismo voltados apenas para as “técnicas” de alfabetização.	Traçar o perfil do educador do Mova – Guarulhos.	A mudança de significados atribuída à sociedade civil impactou diretamente nas ações de seus mobilizadores.	A caracterização do perfil do educador como um militante depende de suas escolhas e ações.
Sepulveda (2009)	Educação de jovens e adultos: análise da política e da prática de formação de educadores no Programa Brasil Alfabetizado.	Tese de Doutorado	Qualitativa, envolvendo pesquisa bibliográfica, análise documental e estudo de caso.	A formação dos educadores de jovens e adultos não tem recebido a atenção necessária, mesmo sendo a educação considerada uma das prioridades das políticas públicas.	Analisar as políticas públicas de formação dos educadores de jovens e adultos.	Autores como Paulo Freire, Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro apontam que a formação dos professores que atuam na educação de jovens e adultos não tem recebido a atenção necessária das políticas públicas.	As propostas de orientações metodológicas atendem às principais necessidades de um currículo para a educação de jovens e adultos. Entretanto, essas orientações estão distantes da realidade da maioria dos educadores, em função de uma formação pedagógica insuficiente.
Costa (2011)	O que se aprende além das letras: um estudo sobre a alfabetização de pessoas idosas.	Artigo Científico	Pesquisa – formação História de Vida.	Por que pessoas com mais de 60 anos, que procuraram o MOVA, não estudaram antes? Por que procuraram agora? Como chegaram ao MOVA?	Refletir sobre a motivação de pessoas idosas para frequentar o MOVA.	Galvão e Di Pierro (Preconceito contra o analfabeto. São Paulo: Cortez, 2007) analisaram a precariedade do acesso à educação no Brasil, ao mesmo tempo que o discurso oficial pretendia imputar aos próprios indivíduos a responsabilidade sobre os índices de analfabetismo.	A frequência ao núcleo de alfabetização contribui para a formação dos sujeitos, proporcionando algumas conquistas pessoais que não são diretamente relacionadas com o domínio da leitura e da escrita.

Dias e Costa (2013) fizeram uma pesquisa quantitativa junto a 190 educadores do projeto. A pesquisa teve por objetivo “traçar um perfil do educador atuante neste movimento, contextualizando este perfil com a própria história do MOVA em Guarulhos e na cidade de São Paulo” (p. 3). Para sua realização, os autores utilizaram um questionário que possibilitou a coleta de dados relacionados aos aspectos sociodemográficos, de formação, de trabalho, de cultura, lazer e entretenimento, e de atuação dos educadores.

A pesquisa (DIAS; COSTA, 2013) revelou serem os educadores do MOVA Guarulhos, em sua maioria, mulheres (89%), adultas entre 26 e 45 anos de idade (64%), brasileiras (100%), mães (81%), cristãs (71%) e residentes na cidade de Guarulhos há, pelo menos, dez anos (85%). Quase todas as educadoras haviam concluído o Ensino Fundamental (99%) e o Ensino Médio (98%), em sua grande maioria no ensino público (94%). 40% das educadoras haviam iniciado graduação em curso superior, mas menos da metade desse grupo conseguiu concluir o curso. Dessa forma, os autores concluíram ser o perfil do educador do MOVA Guarulhos o de “um sujeito com ensino médio concluído em escola pública” (p. 4).

Essa mesma pesquisa (DIAS; COSTA, 2013) também identificou a experiência dos sujeitos com alfabetização: 92% deles não tinham nenhuma experiência anterior. A relação com a comunidade ou a identificação com o MOVA foram mencionadas como razões para a atuação no projeto por 79% do grupo. Segundo os autores, a quase totalidade dos educadores (94%) afirmou estar preparada para atuar no MOVA.

Na análise dos dados, os autores concluíram que os educadores do MOVA Guarulhos podem ser considerados militantes, ou seja, identificam sua atuação no projeto como uma possibilidade de transformação social:

Podemos notar que os educadores possuíam forte vínculo com sua comunidade, participando e interagindo com ela a partir das salas do MOVA e atuando em diversas organizações sociais. Embora os dados apresentados no Aspecto Formação revelem que a maior parte dos sujeitos não teve acesso à formação para docência, trata-se de um grupo que se demonstra preparado para tal exercício (DIAS; COSTA, 2013, p. 7).

Desse modo, a pesquisa, embora tenha levantado importantes dados sobre o perfil do educador do MOVA Guarulhos, não avaliou os resultados do projeto na cidade do ponto de vista dos educandos.

Outro trabalho encontrado na literatura, que analisou o MOVA Guarulhos, é o de Sepúlveda (2009). Em uma parte de sua tese de doutorado, a autora se propõe a abordar as características e peculiaridades do MOVA Guarulhos, “com o propósito de analisar a política de formação dos educadores de jovens e adultos” (p. 7). Vê-se, assim, que mais uma vez o interesse recai sobre os educadores, como no trabalho de Dias e Costa (2013). Assim, a autora traça, em conformidade com seu objeto de pesquisa, o perfil dos educadores do MOVA Guarulhos quanto ao gênero, faixa etária, experiência com alfabetização, nível de escolaridade, razões e interesses que os levaram a trabalhar no projeto, entre outros aspectos, chegando à conclusão de que:

O perfil desses alfabetizadores continua sendo praticamente o mesmo de décadas anteriores, sobretudo quanto ao tipo de ocupação exercida na educação ou em outras modalidades de trabalho. Isto talvez se deva à facilidade e abertura que essa modalidade de ensino propiciou, na maioria das vezes, em não exigir formação pedagógica de seus alfabetizadores (SEPÚLVEDA, 2009, p. 204).

Mais adiante, a autora (SEPÚLVEDA, 2009) investiga, a partir de entrevistas, os fatores facilitadores e dificultadores para o trabalho dos educadores do MOVA Guarulhos. Como fatores facilitadores, encontra, nos relatos dos educandos: presenciar a alegria dos alunos quando conseguem ler e escrever; as orientações recebidas nos encontros de formação permanente; os materiais pedagógicos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação; o fato de as salas de aula serem instaladas nas comunidades dos alunos; o apoio recebido da Secretaria Municipal de Educação; a duração das aulas (duas horas), considerada adequada às características dos alunos.

Como fatores dificultadores, foram encontrados: o preconceito que outros educadores têm com o educador de jovens e adultos; dificuldades na alfabetização de alunos com problemas de baixa visão; falta de formação em educação; insucesso na alfabetização de alguns alunos durante o curso; dificuldades em lidar com alguns alunos que apresentam problemas de relacionamento e/ou baixa-estima (SEPÚLVEDA, 2009).

Quanto às condições de trabalho, a autora identificou que nenhum educador referiu algum problema relacionado à infraestrutura dos espaços nos quais as aulas do MOVA ocorrem. Pouco menos da metade (46,2%) das aulas acontecem em sedes de entidades parceiras da Prefeitura, e as demais, em creches, escolas, igrejas, pontos comerciais ou locais improvisados (SEPÚLVEDA, 2009).

A autora investigou, ainda, o olhar dos educadores sobre o processo de formação no MOVA Guarulhos, verificando a grande importância que estes atribuem à própria formação recebida no projeto, bem como à distribuição do material produzido pela Secretaria Municipal de Educação. Além disso, foram objeto de análise da autora as necessidades de melhoria na formação e nas condições de trabalho dos educadores, segundo a visão destes, que apontaram: desejo de receber bolsa de estudos para o ensino superior (na área de Educação); desejo de se transformarem em educadores profissionais (e não voluntários); desejo de trabalhar em espaços físicos mais adequados; desejo de remuneração salarial, em substituição à ajuda de custos.

O perfil dos educandos do MOVA Guarulhos foi traçado por Sepúlveda (2009). A pesquisa da autora apontou que 65% são mulheres e 35% homens. Na faixa etária de 16 a 29 anos, se situavam 20% dos alfabetizando e, na faixa etária entre 30 e 50 anos, 53%. Em consonância com o perfil sociodemográfico da população guarulhense, 73% dos alunos são oriundos das regiões Norte e Nordeste do país. São pessoas que desejam aprender a ler, escrever e contar, a pesquisa, com vistas a conseguir um futuro melhor para si próprias e para os filhos.

Em estudo qualitativo sobre a alfabetização de pessoas idosas, Costa (2011), tendo como referência o MOVA Guarulhos, buscou identificar as razões pelas quais essa população esteve, até então, alijada da escolaridade. Sua amostra foi composta por sete estudantes com idade entre 60 e 73 anos que estudaram no MOVA Guarulhos. A autora procurou, também, compreender o que motivou esses sujeitos a buscarem, no projeto, uma oportunidade de aprendizagem.

O acesso ao código escrito não é a principal fonte de motivação para a permanência de alguns educandos, as conquistas no campo da oralidade podem sobrepujar os avanços ligados diretamente à língua escrita e, o que parece mais instigante, as ações promovidas na área da Educação de Jovens e Adultos precisam levar em conta essa realidade (COSTA, 2011, p. 727).

Considerando a origem dos sujeitos, Costa (2011) analisou que sua exclusão dos processos formais de educação se deu em função do fato de que “em todas as regiões, e, sobretudo nas áreas essencialmente rurais, o acesso à escola foi largamente negado às populações pauperizadas, alimentando um ciclo de oportunidades de ascensão social que caracteriza o Brasil até os dias atuais” (p. 724).

A busca pela oportunidade de educação por esses sujeitos é explicada, pela autora (COSTA, 2011), como resultado das “demandas cotidianas de interação social em ambiente urbano” (p. 725). Ao indagar por que os sujeitos demoraram tanto a procurar tal oportunidade, a autora identificou como razão a ampliação da oferta educacional, ou seja, antes o acesso à educação, para eles, estava muito mais restringido:

O universo de pessoas estudado, marcado pela precariedade das condições de subsistência, se inscreve na caracterização do sujeito oprimido formulada por Paulo Freire. Falamos de seres históricos: sete mulheres que “estão sendo” num mundo onde a opressão se manifesta de diversas maneiras. Quando crianças, foram oprimidas pelos pais, que não facilitaram o acesso à escolarização. Os pais, por sua vez, constituíram-se enquanto sujeitos também imersos na opressão típica dos meios rurais no início do século XX (COSTA, 2011, p. 727).

Dessa forma, a exclusão social, segundo a autora, é a chave explicativa para a compreensão da existência de pessoas que chegam aos 60 anos de idade sem terem sido inseridas, antes, nos processos de educação formal.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho investigou distintas pesquisas acadêmicas que se referiram ao MOVA Guarulhos. As pesquisas existentes abordam aspectos do projeto como: o perfil de seus educadores e suas demandas, o perfil dos educandos, os fatores facilitadores e dificultadores do desenvolvimento do projeto na visão dos educadores, as determinantes da presença da população idosa no projeto.

Foi possível observar a ausência de trabalhos que cotejassem os resultados efetivos do projeto com os

objetivos traçados para ele pela Secretaria Municipal de Educação ou com o seu objetivo maior, que o distingue da maioria programas de alfabetização de adultos, qual seja, o de promover uma alfabetização emancipadora, na linha traçada pelo educador Paulo Freire, idealizador do MOVA.

Assim, conclui-se que a experiência do MOVA Guarulhos, apesar dos seus 14 anos de existência, ainda carece de maiores investigações que incorporem um leque maior de seus aspectos, sobretudo aqueles que se refiram às conquistas de aprendizagem efetivamente obtidas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Casa Civil, 1988.

BRASIL. Governo Federal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Brasília, Casa Civil, 2010.

CASÉRIO, Vera M.R. **Educação de Jovens e Adultos**; pontos e contrapontos. Baurur: Edusc, 2003.

COSTA, Patrícia C. O que se aprende além das letras: um estudo sobre a alfabetização de pessoas idosas. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v. 14, n. 4, Rio de Janeiro, out. dez. 2011.

DIAS, Carlo E.S.B.; COSTA, Patrícia C. MOVA Guarulhos: um espaço de militância e o perfil do seu educador. **Olhares Guarulhos**, v. 1, n. 1, Guarulhos, maio 2013.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 2000.

FURLAN, Rose M.C. **Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos nas Escolas Estaduais de São Paulo**: avanços e desafios à sua consolidação. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007.

GUARULHOS. Prefeitura da Cidade de Guarulhos. **MOVA Guarulhos Completa 10 anos**. Disponível em: < <http://www.novo.guarulhos.sp.gov> >. Acesso em: 28 jan. 2016.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria C. **Aprendizagem de Jovens e Adultos**: avaliação da Década da Educação para Todos. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 1, São Paulo, jan. / mar. 2000.

NESPOLI, José H.S. **Programa Mova-SP (1989-1992)**: Paulo Freire e Educação Popular no Brasil Contemporâneo. Educação Popular, n. 3, São Paulo, jul. 2011.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**: Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

RIBEIRO, Maria L.S. **História da Educação Brasileira**: a Organização Escolar. São Paulo: Cortez, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Inicial do Mova – SP: Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos** do Município de São Paulo. São Paulo: SME, 1989.

SEPÚLVEDA, Francisca G. B. **Educação de Jovens e Adultos: Análise da Política e da Prática de Formação de Educadores**

no Programa Brasil Alfabetizado. Tese. Doutorado em Educação e Currículo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.